

# Estudo Técnico Preliminar - 105/2021

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 08205.001419/2021-27

## 2. Descrição da necessidade

### Necessidade da contratação

O atual contrato celebrado entre a Polícia Federal - PF e Casa da Moeda do Brasil para prestação de serviços de emissão e personalização de documentos de viagem eletrônicos (passaporte comum, passaporte de estrangeiro e laissez-passer), incluindo a sua confecção, distribuição, integração com os sistemas existentes ou a serem desenvolvidos para melhoria dos processos existentes na PF, e para a fabricação e fornecimento de cadernetas de Passaportes de Emergência e de solução tecnológica que possibilite a personalização do Passaporte de Emergência pela Polícia Federal – PF, nos postos de atendimento de passaportes, de acordo com as especificações da Organização de Aviação Civil Internacional - OACI, embora tenha por termo final 20/set/22, foi prorrogado até 20/mar/22.

Em consequência, há a necessidade de realizarem-se, com a devida celeridade, os trâmites para nova contratação porquanto o serviço de emissão de passaportes visa atender a necessidade pública de forma permanente e contínua, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de serviço público essencial, que envolve o exercício do direito de ir e vir dos cidadãos.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Passaportes - DPAS/CGPI/DIREX/PF	Marcos Renato da Silva Lima

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### III - Requisitos da contratação

Solução de fabricação, personalização e remessa de cadernetas de passaporte, incluindo a sua confecção, distribuição, integração com os sistemas existentes ou a serem desenvolvidos para melhoria dos processos existentes na PF, e para a fabricação e fornecimento de cadernetas de Passaportes de Emergência nos postos de atendimento de acordo com as especificações da Organização de Aviação Civil Internacional – OACI.

O serviço de emissão de passaportes possui natureza continuada, pois visa a atender a necessidade pública de forma permanente e contínua, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação do serviço público.

Constitui serviço público essencial, necessário ao usufruto do direito essencial previsto no art. 5º, XV, da Constituição Federal: "XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;", de modo que não é possível abandonar o serviço. Não há qualquer caráter discricionário por parte do gestor público em sua execução, o qual responde unicamente à demanda dos cidadãos.

A duração inicial da contratação será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogada, nos termos do Art. 57, Inciso II da Lei nº 8.666/1993, dado que refere-se à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitando-se a sessenta meses.

Não há necessidade de previsão de transição contratual, pois, por imperativo legal, a empresa pública Casa da Moeda do Brasil tem por finalidade, em caráter de exclusividade, a fabricação de cadernetas de passaporte para fornecimento ao Governo brasileiro. (Nova redação do artigo 2º da lei 5.895/73, incluída pela Lei nº 13.043/2014).

## 5. Levantamento de Mercado

### Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo de solução a contratar

No que concerne ao levantamento de mercado, visualiza-se uma única possibilidade de atendimento, pois a Casa da Moeda do Brasil - CMB, por meio da nova redação do artigo 2º da lei 5.895/73, incluída pela Lei nº 13.043/2014, tem por finalidade, em caráter de exclusividade, a fabricação de cadernetas de passaporte para fornecimento ao Governo brasileiro.

Ademais, realizou-se pesquisa de mercado em contratação anterior, na qual a área demandante enviou ofícios a outros países e tentou justificar o preço da contratação mediante a comparação com o preço do passaporte cobrado pela CMB ao Ministério das Relações Exteriores - MRE e com o preço do passaporte cobrado do cidadão em outros países. No entanto, a iniciativa foi frustrada em razão da impossibilidade de se auferir os preços praticados no mercado, pois a comparação de preços deve se dar entre itens compatíveis. (Ver ANEXO II 21388462: SEI nºs 1067525; 1071802; 1188264 itens 10 a 12; 1401959 e Parecer nº 5445447).

Nesse sentido, para robustecer a justificativa dos preços praticados, em atendimento ao disposto no inc. III, do parágrafo único, art. 26 da Lei 8666/93, foi utilizada nos autos planilha detalhada da composição do preço cobrado à PF pela CMB. Tal recomendação foi respaldada no disposto na Orientação Normativa nº 17, de 1º de abril de 2009, e nos Acórdãos TCU nº 2611/2007 - Plenário e nº 1565/2015 - Plenário, que registram a necessidade de justificativa de preços mesmo nas contratações por inexigibilidade de licitação.

Considerando imperativos de segurança nacional, referente à fiscalização de entrada e saída de pessoas e alinhada com as melhores práticas mundiais e de acordo com as orientações internacionais de segurança da Organização de Aviação Civil Internacional – (ICAO), a caderneta de passaporte deve possuir diversos elementos de segurança. Estes itens de segurança atribuem aos papéis características específicas e são adicionados aos documentos para conferir maior garantia de autenticidade e para dificultar sua falsificação. Assim, os elementos físicos da caderneta, papel, tinta, laminação, capa, contracapa são itens de segurança. A existência desses itens de segurança é a garantia de fidedignidade para o passaporte nos serviços de imigração nos portos, rodovias e aeroportos estrangeiros e que seu portador é de fato a pessoa quem declara ser, facilitando, assim, o acesso do cidadão brasileiro a outros países.

## 6. Descrição da solução como um todo

### VII - Descrição da solução como um todo

Solução para fabricação, personalização e remessa de cadernetas de passaportes eletrônicos com chip (passaporte comum, passaporte de estrangeiro, laissez-passer), incluindo a sua confecção, distribuição nas unidades da PF, integração com os sistemas existentes ou a serem desenvolvidos para melhoria dos processos existentes na PF, e para a fabricação e fornecimento de cadernetas de Passaportes de Emergência com integração à solução tecnológica que possibilita a personalização do Passaporte de Emergência pela Polícia Federal – PF nos postos de atendimento de passaportes, de acordo com as especificações da Organização de Aviação Civil Internacional – OACI.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

### IV - Estimativa das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte

Estima-se, para 2022, a quantidade de 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) unidades de passaportes.

A estimativa baseou-se em estudo realizado pela área demandante Informação S/N-DPAS/CGPI/DIREX/PF (ver ANEXO I 21388016), que analisou as quantidades totais de passaportes comuns emitidos nos anos de 2015 a 2019, o efeito da mudança na data de validade do passaporte comum, de cinco anos para dez anos e os impactos da situação de emergência sanitária ocasionados pela pandemia do Covid-19 no período de 2020 até agosto de 2021.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 2.400.000,00

### Estimativas de preços ou preços referenciais

No que respeita ao preço, o valor referencial é o da contratação anterior de R\$ 86,71 (oitenta e seis reais e setenta e um centavos) cuja justificativa, em atendimento ao disposto no inc. III, do parágrafo único, art. 26 da Lei 8666/93, baseia-se em planilha detalhada da composição do preço cobrado à PF pela CMB, em virtude da impossibilidade de se realizar a comparação entre o preço ofertado pela Casa Moeda do Brasil à Polícia Federal e ao Ministério das Relações Exteriores e o preço cobrado pelos respectivos fornecedores em outros países. Tal recomendação está respaldada no disposto na Orientação Normativa nº 17, de 1º de abril de 2009, e nos Acórdãos TCU nº 2611/2007 - Plenário e nº 1565/2015 - Plenário, que registram a necessidade de justificativa de preços mesmo nas contratações por inexigibilidade de licitação.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

### Justificativas para o parcelamento ou não da solução, quando necessária para individualização do objeto

Dada característica peculiar do passaporte, reconhecido internacionalmente como documento de viagem que possibilita ao cidadão sair de um País e adentrar em outro, e considerando imperativos de segurança nacional, referente à fiscalização de entrada e saída de pessoas, necessita-se de uma gestão centralizada uma vez que há necessidade rotineira de atualização dos documentos de viagem conforme recomendação do DOC. 9303 da Organização de Aviação Civil Internacional – OACI(ICA), a fim de evitar a contrafação e falsificação dos documentos de viagem. Assim, resta inviável a descentralização da contratação.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

### Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não há.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

### Referência a outros instrumentos de planejamento do órgão ou entidade

A contratação alinha-se ao Planejamento Estratégico da Polícia Federal 2021-2023: Objetivos Estratégicos > Fomentar as ações em benefício da cidadania.

#### 2.4.2. Ação Estratégica: Otimizar os Serviços ao Usuário/Cidadão

Otimizar, desburocratizar e digitalizar os serviços prestados à população, envolvendo notadamente as atividades administrativas e de apoio finalístico, buscando facilitar o acesso do cidadão à instituição e seus serviços.

#### 2.4.3. Ação Estratégica: Garantir a Identificação Inequívoca do Cidadão

Garantir a identificação inequívoca do cidadão, mediante o desenvolvimento e o aprimoramento dos processos técnico-científicos da identificação do cidadão, visando o perfeito exercício da cidadania e o fortalecimento das atividades de polícia judiciária e administrativa no território brasileiro e em decorrência de ações de cooperação internacional.

#### 2.4.4. Ação Estratégica: Modernizar os Controles Regulatório e Fiscalizatório

Modernizar, desburocratizar e digitalizar técnicas e mecanismos de regulação e fiscalização da prestação de serviços públicos delegados, no âmbito de atuação da Polícia Federal, fiscalizando o cumprimento das normas e regulamentos.

Política Pública: Política de Prevenção e Repressão à Criminalidade - Eixo Polícia Administrativa

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

### **Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis**

Por se tratar de fornecedor exclusivo de acordo com a nova redação do artigo 2º da Lei 5.895/73, incluída pela Lei nº 13.043/2014, que estabelece que a Casa da Moeda do Brasil tem por finalidade, em caráter de exclusividade, a fabricação de cadernetas de passaporte para fornecimento ao Governo brasileiro, para assegurar a vantajosidade econômica financeira, espera-se que o valor ofertado por unidade de documento seja compatível com as despesas operacionais envolvidas.

Ademais, pretende-se obter economia de escala.

## 13. Providências a serem Adotadas

### **Providências para adequação do ambiente do órgão**

Por se tratar de serviço permanente e contínuo da Polícia Federal, o ambiente do órgão já está adequado para que a contratação surta seus efeitos, inclusive com servidores capacitados para atuar na contratação e fiscalização da prestação dos serviços.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

### **Possíveis Impactos Ambientais**

Não se vislumbram possíveis impactos ambientais.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **15.1. Justificativa da Viabilidade**

#### **Declaração da viabilidade ou não da contratação.**

De acordo com o Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação é viável, pois é necessária ao funcionamento do serviço de emissão de passaporte prestado pela Polícia Federal, o qual concretiza o direito constitucionalmente assegurado da livre locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

## **16. Responsáveis**

MARCOS RENATO DA SILVA LIMA

Delegado de Polícia Federal / Chefe da DPAS/CGPI/DIREX/PF

MARCO ANTONIO GOMES LUCERO

Papiloscopista Policial Federal

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I.pdf (136.23 KB)
- Anexo II - Anexo II.pdf (831.14 KB)

**Anexo I - Anexo I.pdf**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE PASSAPORTES - DPAS/CGPI/DIREX/PF

Informação S/N-DPAS/CGPI/DIREX/PF

Esta informação tem como objetivo fazer um estudo para determinar se a mudança na data de validade do Passaportes Comum, de cinco anos para dez anos, ocorrida em dezembro de 2014 terá algum impacto na quantidade de passaportes comuns a serem emitidos a partir do ano de 2020, principalmente em 2022.

Para prosseguirmos com este estudo precisamos definir nosso universo de amostragem. Ele será composto pelos requerentes de passaporte comum. Assim, começaremos com as quantidades totais de passaportes comum emitidos nos anos de 2015 a 2019. Começamos pelo ano de 2015 porque foi o ano em que a validade dos passaportes comuns passou de cinco para dez anos (ou seja, muitos passaportes foram feitos em 2015 com validade de cinco anos) e terminamos em 2019 porque em janeiro de 2020 seria quando esta validade terminaria se fossem mantidos os cinco anos. Do SINPA, obtivemos o resultado do total de passaportes comuns emitidos naqueles anos:

ANO	QTD TOTAL
2015	2.290.403
2016	2.234.406
2017	2.551.521
2018	2.889.152
2019	2.981.771

Tabela 1

Para continuarmos, podemos dividir essa amostragem em dois grupos: os maiores de dezoito anos que solicitam novo passaporte assim que a data de validade do passaporte expira e os outros, neste grupo incluindo maiores de dezoito anos que não o solicitam imediatamente quando expira esta data e os menores de dezoito anos (pois a data de validade destes expira antes dos cinco anos). Nesse caso interessa-nos os que fazem passaporte comum logo assim que expira a validade.

Desta forma, solicitamos à DTI que nos enviassem a seguinte informação (redmine #52246): a quantidade de passaportes comuns emitidos entre 2015 e 2019 de requerentes que tiraram o segundo (ou mais) passaporte e que são maiores de 18 anos, obtendo os seguintes resultados:

ANO	QTD
2015	1.181.908
2016	1.235.203
2017	1.351.064
2018	1.422.575
2019	1.457.181

Tabela 2

Assim já podemos definir a porcentagem de pessoas que tiram 2º (ou mais) passaportes comuns por ano:

ANO	QTD Tab 2	QTD Tab 1	%
2015	1.181.908	2.290.403	51,60
2016	1.235.203	2.234.406	55,28



2017	1.351.064	2.551.521	52,95
2018	1.422.575	2.889.152	49,24
2019	1.457.181	2.981.771	48,87

Tabela 3

Média  $\bar{X} = 51,6\%$ , com desvio padrão  $\sigma = \pm 2,2$ .

Isso significa que aproximadamente metade das pessoas que fizeram passaporte comum naquele ano estão fazendo seu segundo (ou mais) passaporte.

Também solicitamos à DTI que nos informasse a quantidade de requerentes listados na Tabela 2 e que tiveram passaportes comuns emitidos exatamente cinco anos antes, ou seja, da quantidade de requerentes listados na Tabela 2 para o ano de 2015, quantos destes tiveram o passaporte emitido no ano de 2010 e assim por diante:

ANO	QTD
2015(2010)	520.987
2016(2011)	584.632
2017(2012)	537.207
2018(2013)	565.110
2019(2014)	587.923

Tabela 4

Qual a porcentagem de pessoas que fizeram seu segundo passaporte imediatamente após ter expirado a validade do primeiro? Isso pode ser respondido usando-se a Tabela 4, pois são pessoas que fizeram seu primeiro passaporte em determinado ano e exatamente cinco anos após estão fazendo passaporte novamente. Assim temos:

ANO	QTD Tab 4	QTD Tab 1	%
2015	520.987	2.290.403	22,75
2016	584.632	2.234.406	26,16
2017	537.207	2.551.521	21,05
2018	565.110	2.889.152	19,56
2019	587.923	2.981.771	19,72

Tabela 5

Média  $\bar{X} = 21,9\%$ , com desvio padrão  $\sigma = \pm 2,2$ .

Analisando os dados podemos verificar então que, em média, 51,6% dos requerentes que fazem passaporte comum em determinado ano, estão solicitando o segundo (ou mais) passaporte. Deste valor, 21,9 % estão fazendo a solicitação logo após ter expirado o prazo de validade do atual passaporte e 29,7% estão fazendo a solicitação porque a validade expirou em algum momento passado, mas não imediatamente.

Se lembramos que essa validade era de cinco anos e passou para dez anos, esse número passa a ser a quantidade de pessoas que NÃO vai fazer passaporte a partir de 2020 porque o passaporte comum atual ainda está válido.

Desta forma, poderíamos esperar uma queda entre 21,9% e 51,6%, com desvio padrão de  $\sigma = \pm 2,2$ , na quantidade de pessoas que fariam passaporte comum em 2020. De modo aproximado, uma queda entre 20% e 50%.

Infelizmente nos anos de 2020 e 2021 tivemos a Pandemia COVID-19, que afetou profundamente a emissão de passaportes, tornando-os atípicos para avaliação porque: não permitiu

a abertura de postos de emissão de passaporte; as pessoas tiveram que ficar em confinamento; houve suspensão de voos internacionais; houve restrições sanitárias à entrada de estrangeiros; houve queda do poder aquisitivo para realizar viagens, além de muitos outros fatores causados pela pandemia e que afetaram profundamente a emissão de documentos de viagens causando-lhe uma queda brusca.

Para ilustrar, tirando do SINPA a quantidade de passaportes comuns emitidos em 2020, temos o valor de 1.029.312 unidades, o que é aproximadamente 35% do valor emitido em 2019. Em 2021, até agosto, foram emitidas 709.085, com valor projetado aproximando de 1.100.000 passaportes comuns emitidos até o fim deste ano (um valor de 35% do total emitido em 2019). Assim, não podemos levar em consideração, para nossa projeção, as quantidades emitidas nestes dois anos.

Desta forma, com a pandemia mostrando sinais de seu fim e conseqüentemente seus efeitos sobre a emissão de passaporte, devemos usar como base o último ano de emissão normal de passaportes – 2019 –, para aplicar a redução encontrada (entre 20% e 50%) nas emissões de passaportes. Se lembramos que em 2019 a projeção para o número de passaportes a serem emitidos para o ano seguinte era de 3.000.000 (três milhões) de passaportes comuns e aplicarmos um corte de 20%, termos uma projeção de 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) passaportes para o ano de 2022. Não usaremos o corte de 50% porque é temerário trabalhar com este valor se levarmos em conta a demanda reprimida para emissão de passaporte nestes dois últimos anos.

Além disso, um valor de 2.400.000, nos permitiria, conforme legislação em vigor, alterar o valor do contrato de produção de passaportes para mais ou para menos 25% do valor inicialmente contratado, o que nos deixaria trabalhar em uma faixa entre 1.800.000 (hum milhão e oitocentos mil) e 3.000.000 (três milhões) de passaportes, caso os efeitos da pandemia ainda perdurem causando diminuição da procura, ou caso a demanda reprimida se mostre mais forte do que o esperado, causando um aumento na procura por passaportes.

É a informação.

MARCO ANTONIO GOMES LUCERO  
Papiloscopista Policial Federal

**Anexo II - Anexo II.pdf**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE PASSAPORTES - DPAS/CGPI/DIREX/PF

Assunto: **Saneamento de Processo de Contratação**

Destino: **DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DICON/COAD/DLOG/PF**

Processo: **08205.000820/2015-00**

Interessado: **DIVISÃO DE PASSAPORTES - DPAS/CGPI/DIREX/PF, SERVIÇO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS - SECC/DICON/COAD/DLOG/PF**

1. Trata-se de processo de contratação celebrado entre a Polícia Federal e a Casa da Moeda do Brasil, para a personalização de documentos de viagem emitidos pela República Federativa do Brasil no âmbito da Polícia Federal;
2. O expediente retornou a esta Divisão de Passaportes para atendimento dos apontamentos feitos nos parágrafos 15 e 26 do Parecer SEI nº 1049904;
3. Nesse sentido, verifico que para aferir a razoabilidade do preço praticado pela Casa da Moeda do Brasil foram acrescidos ao processo os valores referentes à emissão de passaportes na Colômbia e na Suécia, SEI 1066987 e SEI 1067187, respectivamente, bem como ofício encaminhado pela Casa da Moeda do Brasil, informando os valores pagos àquela empresa pública pelo Ministério das Relações Exteriores, cumprindo considerar, neste ponto, que o próprio ministério personaliza todas as cadernetas de passaporte que lhe competem emitir;
4. Por fim, registro que o serviço de emissão de passaportes constitui-se de atividade permanente, instrumental para o cumprimento da missão institucional prevista no artigo 5º do Decreto nº 5.978/2006, necessária à garantia do gozo pleno do direito de ir e vir do cidadão, conforme prevê o inciso XV do artigo 5º, da Constituição Federal de 1988;
5. Feitas essas considerações, encaminho o presente ao Exmo. Senhor Coordenador Geral de Polícia de Imigração, para conhecimento e posterior restituição à DICON/COAD/DLOG/PF, para providências.



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA BORBA, Chefe de Divisão - Substituto(a)**, em 16/12/2016, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1067525** e o código CRC **066CA1B0**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE PASSAPORTES - DPAS/CGPI/DIREX/PF

Assunto: **Saneamento de Processo de Contratação.**

Destino: **SECC CONTRATOS E CONVENIOS -SECC/DICON/COAD/DLOG**

Processo: **08205.000820/2015-00**

Interessado: **DIVISÃO DE PASSAPORTES - DPAS/CGPI/DIREX/PF, SERVIÇO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS - SECC/DICON/COAD/DLOG/PF**

1. Em atenção ao Despacho DICON/COAD/DLOG/PF 1069153, haja vista o apontamento feito no item 5, registro que foi providenciada a correção das inconsistências verificadas no item 3.1. do Projeto Básico, sendo que a Lici. Projeto Básico DPAS/CGPI/DIREX/PF 1071781 passa a ser a versão final do documento que deverá integrar o contrato, mantidos todos os anexos e adendos da versão anterior.
2. Consultados outros países sobre os valores cobrados para a emissão de documentos de viagem, foram obtidas as seguintes informações:

	Passaporte Comum		Passaporte para Estrangeiro		Passaporte de Emergência	
	Valor em moeda estrangeira	Valor em Real	Valor em moeda estrangeira	Valor em Real	Valor em moeda estrangeira	Valor em Real
1 - Suécia	350,00	126,67	750,00	271,43	1.600,00	579,04
2 - Colômbia	160,00	542,22				
3 - Reino Unido	72,50	326,87				
* 1 Coroas Suecas		0,3619				
* 2 Dólar (EUA)		3,3889				
* 3 Libra Esterlina		4,5086				

3. Segundo a proposta comercial apresentada pela Casa da Moeda do Brasil em 11 de outubro de 2016, os custos dos documentos de viagem emitidos pela Polícia Federal seriam os seguintes:

	Passaporte Comum	Passaporte para Estrangeiro	Passaporte de Emergência
Valor pago pelo requerente	R\$ 257,25	R\$ 257,25	R\$ 334,42
Valor pago pela PF à Casa da Moeda	R\$ 69,41	R\$ 69,41	R\$ 69,41

4. Tomando-se por base o valor do Passaporte Comum nos países comparados, verifica-se que apenas na Suécia o valor pago pelo cidadão é inferior ao praticado no Brasil, devendo-se observar, no entanto, que o documento emitido naquele país tem validade de apenas 5 (cinco) anos, contra 10 (dez) anos de validade do documento brasileiro.
5. Considerando o valor pago pela Polícia Federal à Casa da Moeda do Brasil para a personalização do passaporte comum em comparação ao valor pago pelo Ministério das Relações Exteriores, verificou-se:

	Passaporte Comum
Valor pago à CMB pela PF	R\$ 69,41
Valor pago à CMB pelo MRE	R\$ 50,95

6. Não obstante o valor pago pela Polícia Federal à Casa da Moeda do Brasil seja aproximadamente 27% maior que o valor pago pelo Ministério das Relações Exteriores, é fundamental que se registre que o valor pago pelo ministério se refere tão somente à montagem das cadernetas que constituem o suporte físico para a futura personalização do documento, o que é feito diretamente nos Consulados do Brasil no exterior, enquanto o valor pago pela Polícia Federal contempla, além da produção de cadernetas, todo o serviço de personalização com os dados do requerente, além da entrega aos mais de 150 (cento e cinquenta) postos de emissão em todo o país.
7. Pelo exposto, verifico que o valor apresentado na proposta comercial da Casa da Moeda do Brasil é adequado, e a contratação revela-se vantajosa para a Polícia Federal, considerando o grande número de itens de segurança contidos nos documentos de viagem atualmente fabricados e o alto nível de confiabilidade que lhes é atribuído pela comunidade internacional.
8. Feitas essas considerações, encaminho o presente ao Exmo. Senhor Coordenador Geral de Polícia de Imigração para conhecimento e assinatura do Projeto Básico juntamente com o Exmo. Senhor Diretor Executivo, e posterior restituição à DICON/COAD/DLOG/PF, para providências.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1071802** e o código CRC **93D46316**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJC - POLÍCIA FEDERAL  
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO - ACI/PF

Assunto: **Solicitação de autorização para nova contratação - Decreto nº 7.689/2012 e na Portaria nº 3.945/2013 - DG/DPF**

Destino: **GABINETE - GAB/PF**

Processo: **08205.000820/2015-00**

Interessado: **DIVISÃO DE PASSAPORTES - DPAS/CGPI/DIREX/PF, SERVIÇO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS - SECC/DICON/COAD/DLOG/PF**

1. Trata-se da análise de pedido de autorização prevista no Decreto nº 7.689/2012 e na Portaria nº 3.945/2013 - DG/DPF, relativa ao procedimento para nova contratação, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de emissão e personalização de documentos de viagem eletrônicos (passaporte comum, passaporte de estrangeiro e *laissez-passer*), incluindo a sua confecção, distribuição, integração com os sistemas existentes ou a serem desenvolvidos para melhoria dos processos existentes na PF, e para a fabricação e fornecimento de cadernetas de Passaportes de Emergência e de solução tecnológica que possibilite a personalização do Passaporte de Emergência pela Polícia Federal – PF, nos postos de atendimento de passaportes, de acordo com as especificações da Organização de Aviação Civil Internacional – OACI, com valor estimado de R\$ 69.907.115,92 (sessenta e nove milhões, novecentos e sete mil, cento e quinze reais e noventa e dois centavos), para o período de vigência previsto de 20/12/2016 a 30/08/2017, conforme se depreende do Despacho SECC/DICON/COAD nº 1038172.

2. A presente instrução processual iniciou-se como celebração do 3º Termo Aditivo para prorrogação do Contrato nº 21/2015-COAD, conforme consta do Despacho nº 10043/2016-SECC/DICON/COAD/DLOG/PF (0004262). Tendo em vista o Despacho SECC/DICON/COAD nº 1038172, o processo passou a ser tratado como nova contratação, sendo instruído, principalmente, com os documentos abaixo listados:

Descrição	Observação	SEI
Proposta comercial	Proposta da Casa da Moeda do Brasil -CMB no valor de R\$173.525.000, para o período de 12 meses	0748690
Certidões e consultas cadastrais	SICAF (com ocorrências), CADIN, TCU, CEIS, CNDT e CNJ	1065521
Despacho SECC/DICON/COAD nº 1038172	Pedido de autorização para contratação com o prazo de vigência de 20/12/2016 a 30/08/2017, com valor de R\$ 69.907.115,92	1038172
Parecer Jurídico nº 01850/2016/CONJUR-MJ/CGU/AGU		1049904
Despacho DPAS/CGPI/DIREX/PF nº 1067525	Despacho saneador quanto aos itens 15 e 26 do parecer jurídico	1067525
Declaração de Disponibilidade Orçamentária	DDO nº 1700/2016 de 20/12/2016, vigência de 20/12/2016 a 31/12/2016, no valor de R\$ 7.411.044,52 e DDO nº 147/2017 de 20/12/2016, vigência de 01/01/2017 a 30/06/2017, no valor de R\$ 55.496.071,38.	1096385 e 1096549
Minuta do Contrato	Pelo período de 12 (doze) meses no valor de R\$ 69.907.115,92	1122772

3. A análise da regularidade jurídica foi realizada por meio do Parecer nº 01850/2016/CONJUR-MJ/CGU/AGU (1049904), que se posicionou favoravelmente desde que atendidas as recomendações, conforme abaixo:

- o parágrafo 11 do parecer jurídico trata da necessidade de inclusão de consulta ao CADIN, o que foi saneado com a atualização das certidões cadastrais conforme SEI nº 1065521;
- o parágrafo 15 do referido parecer recomenda manifestação técnica sobre a comparação dos preços praticados pela CMB. Em atendimento, foram apresentados os Despachos DPAS/CGPI/DIREX/PF nº 1067525 e nº 1071802, onde a área demandante conclui que a contratação revela-se vantajosa para a Polícia Federal em razão da comparação do preço do passaporte cobrado ao cidadão em outros Países e o preço cobrado pela CMB ao MRE;
- o parágrafo 16 recomenda que seja providenciada a ratificação da inexigibilidade de licitação, após a inclusão da justificativa dos preços. Consta dos autos a minuta da ratificação da inexigibilidade de licitação (0874564);
- os parágrafos 20, 21 e 22 do referido parecer recomendam ao Ordenador de Despesas declarar que oportunamente indicará a existência de crédito orçamentário do exercício seguinte e incluir nos autos a autorização de que trata o [Decreto nº 7.689/2012](#). Em atendimento, o prazo da contratação foi reduzido de acordo com o orçamento disponível, conforme se depreende do Despacho SECC/DICON/COAD nº 1038172, do Despacho SECC/DICON/COAD nº 1122840 e das DDOs nº 1700/2016 e nº 147/2017; e
- os parágrafos 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31 e 32 do parecer jurídico tratam da necessidade de ajustes na minuta do contrato, tendo sido implementadas conforme a nova minuta apresentada no documento 1122772.

4. A análise quanto ao atendimento aos parágrafos 15 e 16 (parcial) do parecer jurídico será realizada nos itens a seguir.

5. A presente análise tem por foco o controle preventivo da nova contratação, tendo o objetivo de resguardar a instituição e o gestor, observando recomendações e/ou determinações do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, desta Assessoria ou do Exmo. Sr. Diretor-Geral que recaiam sobre o objeto da contratação.

6. Da análise dos autos, verificou-se que a instrução processual de nova contratação iniciou-se em 16/09/2016, conforme Despacho DPAS/CGPI/DIREX/PF nº 0157902, uma vez que a contratação decorrente do Contrato nº 21/2015-COAD encerrou-se em 30/08/2016, sem ter havido prorrogação por falta de cota orçamentária (0034935). Tendo em vista que a instrução de nova contratação realizou-se dentro do mesmo processo da contratação anterior (08205.000820/2015-00), recomenda-se, para melhor organização processual, em atendimento ao disposto art. 38 da Lei 8666/93, que a contratação seja realizada em processo próprio, movendo-se os documentos correspondentes do SEI.

7. Registra-se que por ocasião da nova contratação, foi acostada aos autos proposta comercial da CMB (0748690) no valor de R\$173.525.000, para o período de 12 meses, correspondente à emissão de 2,5 milhões de passaportes, ao preço unitário de R\$ 69,41. Verificou-se a necessidade que seja solicitada nova proposta para a CMB compatível com as condições estabelecidas no Projeto Básico 1095535 e na minuta do Contrato 1122772.

8. Da análise do Despacho SECC/DICON/COAD nº SEI 1038172 encaminhado pelo Exmo. Diretor de Administração e Logística Policial- DLOG/DF, no qual consta o pedido de autorização, verificou-se a necessidade de compatibilizar o prazo de vigência (20/12/2016 a 30/08/2017) e o de prestação de serviços (20/12/2016 a 30/06/2017) à data prevista para assinatura da contratação. Registra-se, ainda, a necessidade de compatibilizar o prazo e o valor previsto na minuta do contrato (1122772) com os da efetiva contratação.

9. Da análise do SICAF 1065521, verificou-se que consta o registro de ocorrência, recomendando-se a juntada aos autos do respectivo relatório.

10. Para declarar a vantajosidade dos preços praticados, foram apresentados os Despachos DPAS/CGPI/DIREX/PF nº 1067525 e nº 1071802, nos quais a área demandante justifica o preço da contratação mediante a comparação com o preço do passaporte cobrado pela CMB ao Ministério das Relações Exteriores - MRE e com o preço do passaporte cobrado do cidadão em outros países.

11. No que respeita ao preço cobrado pela CMB ao MRE, e conforme já relatado pela própria área demandante, considera-se haver restrições em compará-lo com o preço da presente contratação em razão da diferença de materiais e do tipo de caderneta de passaporte (1071802). A utilização do preço pago pelo cidadão como referência também possui limitações para a justificativa de preço, o que pode ilustrado com os valores reais praticados no Brasil: a PF paga à CMB o valor de R\$ 69,41 por caderneta de passaporte, ao tempo que o valor pago pelo cidadão para obtenção do documento de viagem é de R\$ 257,25 para passaporte comum e de R\$ 334,42 para passaporte de emergência. Dessa forma, é importante que a comparação de preços se dê entre itens compatíveis.
12. Nesse sentido, para robustecer a justificativa dos preços praticados, em atendimento ao disposto no inc. III, do parágrafo único, art. 26 da Lei 8666/93, recomenda-se que sejam inseridos nos autos planilha detalhada da composição do preço cobrado à PF pela CMB. Tal recomendação está respaldada no disposto na Orientação Normativa nº 17, de 1º de abril de 2009, e nos Acórdãos TCU nº 2611/2007 - Plenário e nº 1565/2015 - Plenário, que registram a necessidade de justificativa de preços mesmo nas contratações por inexigibilidade de licitação.
13. Faz-se oportuno mencionar as dificuldades encontradas na execução no Contrato nº 21/2015-COAD, registradas no processo nº 08205.300139/2016-31, conforme Memorando DPAS/CGPI nº 10027 (0249648), que aponta graves falhas ocorridas na prestação do serviço de personalização e expedição de documentos de viagem pela Casa da Moeda do Brasil, o que levou à solicitação de alteração legislativa para exclusão da exclusividade da CMB, prevista no art. 2º, §1º da [Lei nº 5.895/1973](#), conforme Ofício nº 10028/2016-GAB/PF (0817018).
14. Conforme expõe o Parecer nº 01850/2016/CONJUR-MJ/CGU/AGU (1049904) nos itens de 3 a 10, a expedição dos passaportes comum, para estrangeiro e de emergência pela Polícia Federal constitui prestação de serviço público cuja titularidade é indelegável e de natureza vinculada, não havendo margem discricionária para deixar de emitir passaportes. Subsistindo a necessidade do serviço, a expedição é obrigatória, assim como é obrigatória a formalização de contrato pela Administração Pública para a contratação de bens e serviços, ainda que em regime de exclusividade.
15. Diante do exposto, de ordem, restitua-se à DLOG/PF para conhecimento e providências quanto aos itens 6, 7, 8, 9 e 12.

**STELLA REGINA DE PAULA SANTIAGO BAHIENSE**  
Perita Criminal Federal  
Assessora de Controle Interno



Documento assinado eletronicamente por **STELLA REGINA DE PAULA SANTIAGO BAHIENSE, Assessor(a) de Controle Interno**, em 12/01/2017, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1188264** e o código CRC **9A7D1C2D**.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJC - POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE PASSAPORTES - DPAS/CGPI/DIREX/PF

Assunto: **Saneamento de Processo de Contratação.**

Destino: **DICON/COAD/DLOG/PF**

Processo: **08205.000820/2015-00**

Interessado: **DIVISÃO DE PASSAPORTES - DPAS/CGPI/DIREX/PF, SERVIÇO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS - SECC/DICON/COAD/DLOG/PF**

1. Em vista dos apontamentos efetuados no item 4.1. do Despacho DICON/COAD/DLOG/PF 1300787, referente aos ajustes solicitados nos itens 07, 10, 11 e 12 do Despacho ACI/PF 1188264, foram adotadas por essa DPAS/CGPI/DIREX/PF as seguintes providências:
2. Registra-se que em atenção ao item 7 do Despacho ACI/PF 1188264, que aponta a necessidade de encaminhamento de nova Proposta Comercial pela Casa da Moeda do Brasil, compatível com as condições estabelecidas no Projeto Básico 1095535 e na Minuta do Contrato 1122772, foi juntado aos autos a proposta encaminhada por aquela empresa pública, Ofício Proposta Comercial 1391157. O projeto em referência foi adequado a fim de manter a compatibilidade com a Minuta de Contrato 1122772, e passou a integrar o processo sob a denominação Lici. Projeto Básico DPAS/CGPI/DIREX/PF 1408808.
3. No que se refere aos itens 10, 11 e 12 do mesmo despacho, em virtude da impossibilidade de se realizar a comparação entre o preço ofertado pela Casa Moeda do Brasil à Polícia Federal e ao Ministério das Relações Exteriores e o preço cobrado pelos respectivos fornecedores em outros países, foi juntado ao processo planilha detalhada da composição dos custos do preço final ofertado pela CMB à PF (Pocesso SEI 08200.000871/2017-35).
4. Observa-se, com base no Despacho DICON/COAD/DLOG/PF 1316558, que faz uma comparação entre os custos atuais e os apresentados em 05/05/2015, que embora os insumos tenham apresentado variação bastante superior à cambial, o aumento foi compensado pela redução dos custos referentes ao repasse de outras despesas administrativas, e a margem de lucro permaneceu no percentual de 10% do valor da venda.
5. Ademais, mesmo diante da significativa redução do quantitativo de documentos em relação à anterior solicitação de proposta, foi aplicada pela CMB, proporcionalmente, a mesma planilha de composição de custos, conforme informa o OF. DIPIM/003/2017 1391157.
6. Por todo o exposto, verifica-se que o valor proposto por unidade de documento mostra-se adequado, compatível com as despesas operacionais envolvidas, e a contratação revela-se vantajosa para a Polícia Federal.
7. Feitas essas considerações, encaminho o presente ao Senhor Coordenador Geral de Polícia de Imigração, para conhecimento e assinatura do Projeto Básico, juntamente com o Senhor Diretor Executivo, e posterior encaminhamento do presente à SECC/DICON para a adoção das providências citadas no item 4.2 do Despacho DICON/COAD/DLOG/PF 1300787.



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA BORBA, Chefe de Divisão - Substituto(a)**, em 27/01/2017, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1401959** e o código CRC **5E4666C9**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SERVIÇO DE PERÍCIAS DOCUMENTOSCÓPICAS - SEPDOC/DPER/INC/DITEC/PF

Parecer nº 5445447/2018-SEPDOC/DPER/INC/DITEC/PF

Processo nº: 08211.000142/2018-31

Interessado: **MINISTÉRIO DA FAZENDA**

1. Em resposta ao Ofício SEI nº 57/2017/SGOV/SE-MF, de 02/01/2017, que solicita manifestação técnica acerca da possibilidade de os bens e serviços hoje prestados pela Casa da Moeda do Brasil (CMB) serem obtidos junto a empresas privadas, no Brasil ou no exterior, fornecendo argumentos que sustentem a desnecessidade da existência de uma empresa estatal para o fornecimento de “cédulas e moedas, cadernetas de passaporte e selos fiscais para os órgãos federais”, seguem nossas considerações.
2. Especificamente no caso de emissão de passaportes e outros documentos de viagem em formato de caderneta, existem várias formas de se efetuar a contratação (com relação ao produto/serviço): somente a caderneta (com ou sem chip); e caderneta + sistema de captura e/ou personalização, com ou sem entrega ao requerente. Atualmente, a CMB tem com a Polícia Federal (PF) um contrato que prevê a produção da caderneta, sua personalização e entrega (por meio dos Correios). O sistema de captura de dados é fornecido à PF pelo SERPRO. Dessa forma, na atual contratação (e desde o início da emissão do passaporte padrão ICAO) todos os produtos e serviços relativos aos passaportes brasileiros são fornecidos por empresas públicas.
3. Como foi dito, no entanto, a contratação das distintas etapas do processo de emissão de um passaporte pode ser feita em conjunto ou de forma isolada, a critério do país contratante. Nesse sentido, há sempre de se ter a devida cautela com o acesso, armazenamento e tratamento dos dados pessoais dos cidadãos requerentes dos documentos. O contrato deve ser cuidadosamente elaborado para não permitir que os dados sejam de posse, usufruto, cessão, consulta ou uso diverso daquele estipulado, o que poderia gerar sérios inconvenientes aos cidadãos<sup>[1]</sup>. Em geral, mas não exclusivamente, essas relações se dão de forma mais pacífica quando são realizadas dentro de governos e não envolvem empresas privadas ou subcontratações.
4. O modelo de contratação pode variar não somente com relação ao objeto, mas também de acordo com a sua forma. No Brasil, por força da Lei nº 5895/1973<sup>[2]</sup>, que concedeu à CMB a exclusividade na fabricação de cadernetas de passaporte para o governo brasileiro (PF e Ministério das Relações Exteriores, MRE<sup>[3]</sup>), não é realizada licitação pública, mas sim um contrato baseado na inexigibilidade de licitação.
5. Isso acontece não só no Brasil, mas também na Espanha, Alemanha, Itália e França, onde consta que existem leis que dão exclusividade às respectivas gráficas estatais (Fábrica Nacional de Moneda y Timbre, Bundesdruckerei, Istituto Poligrafico e Zecca del Stato, e Imprimerie Nationale) para a produção de seus documentos de viagem nacionais.
6. Em alguns outros países, mesmo os que dispõem de Casa de Moeda própria, são realizadas licitações internacionais para fornecimento de soluções (parciais ou totais) para documentos de viagem. Isso aconteceu no Chile, em 2011, onde a Casa de Moneda de Chile, empresa estatal, perdeu a licitação (de documentos de viagem e identificação nacionais<sup>[4]</sup>) para a empresa Morpho<sup>[5]</sup>. Nessas licitações internacionais pode haver a concorrência de empresas públicas de outros países, que por vezes saem vencedoras.
7. Assim, por exemplo, a Imprimerie Nationale fornece soluções de passaportes não somente à França, seu governo de origem, mas também ao Peru, Bolívia, e Uruguai, entre outros. Isso demonstra que é possível uma empresa estatal ser competitiva em nível internacional, em associação ou não com outras empresas, vencendo certames e sobrepujando concorrentes privados. O caráter estatal, por si só, não é sinônimo de ineficácia e obsolescência.
8. A título ilustrativo foi elaborado o quadro abaixo, trazendo alguns países e o respectivo impressor da caderneta de documento de viagem.

País	Fornecedor	Natureza
Reino	De la Rue	privada

<b>Unido</b>	<a href="http://www.delarue.com/markets-and-solutions/citizen-identity/international-identity-and-border-control">http://www.delarue.com/markets-and-solutions/citizen-identity/international-identity-and-border-control</a>	
<b>Canadá</b>	Canadian Banknote <a href="https://www.cbnco.com/border-security/passport-solutions/">https://www.cbnco.com/border-security/passport-solutions/</a>	privada
<b>Suíça</b>	Orell Füssli <a href="https://www.ofs.ch/fileadmin/user_upload/Passport.pdf">https://www.ofs.ch/fileadmin/user_upload/Passport.pdf</a>	privada
<b>Chile</b>	Idemia <a href="https://www.morpho.com/en/country/morpho-chile">https://www.morpho.com/en/country/morpho-chile</a>	privada
<b>Uruguai</b>	Imprimerie Nationale <a href="http://www.imprimerienationale.fr/en/products-services/electronic-and-biometric-passport.html">http://www.imprimerienationale.fr/en/products-services/electronic-and-biometric-passport.html</a>	privada*
<b>Peru</b>	Imprimerie Nationale <a href="http://www.imprimerienationale.fr/en/products-services/electronic-and-biometric-passport.html">http://www.imprimerienationale.fr/en/products-services/electronic-and-biometric-passport.html</a>	privada*
<b>França</b>	Imprimerie Nationale <a href="http://www.imprimerienationale.fr/en/products-services/electronic-and-biometric-passport.html">http://www.imprimerienationale.fr/en/products-services/electronic-and-biometric-passport.html</a>	pública
<b>EUA</b>	US Government Printing Office (GPO) <a href="https://www.gpo.gov/">https://www.gpo.gov/</a> <a href="https://www.gpo.gov/docs/default-source/news-content-pdf-files/2006/06news33.pdf?sfvrsn=e2bb633d_4">https://www.gpo.gov/docs/default-source/news-content-pdf-files/2006/06news33.pdf?sfvrsn=e2bb633d_4</a>	pública
<b>Espanha</b>	Fábrica Nacional de Moneda y Timbre (FNMT) <a href="http://www.fnmt.es/productos-y-servicios/tarjetas-electronicas/documentos-de-identificacion/pasaporte-electronico?inheritRedirect=true">http://www.fnmt.es/productos-y-servicios/tarjetas-electronicas/documentos-de-identificacion/pasaporte-electronico?inheritRedirect=true</a>	pública
<b>Alemanha</b>	Bundesdruckerei <a href="https://www.bundesdruckerei.de/en/Solutions-Products/Solutions-governments/Passport-and-ID-card-systems">https://www.bundesdruckerei.de/en/Solutions-Products/Solutions-governments/Passport-and-ID-card-systems</a>	pública
<b>Portugal</b>	Imprensa Nacional Casa de Moeda (INCM) <a href="https://www.incm.pt/portal/gs_docid.jsp">https://www.incm.pt/portal/gs_docid.jsp</a>	pública
<b>Itália</b>	Istituto Poligrafico e Zecca del Stato <a href="https://www.ipzs.it/ext/passaporto_elettronico.html">https://www.ipzs.it/ext/passaporto_elettronico.html</a>	pública
<b>Argentina</b>	S. E. Casa de Moneda <a href="http://www.casademoneda.gob.ar/news/pasaporte-electronico/">http://www.casademoneda.gob.ar/news/pasaporte-electronico/</a>	pública

\*apesar de ser pública, nesses casos a empresa foi considerada privada por não pertencer ao governo contratante.

9. Vê-se, pois, que não há uma regra objetiva quanto à necessidade da produção das cadernetas de passaportes se dar por empresa pública ou não. No entanto, o Chile é o único caso apresentado de um país que possui Casa de Moeda própria, mas que contratou uma empresa privada para a prestação do serviço.
10. Nos outros casos de fornecimento de passaportes por empresas privadas (Reino Unido, Canadá, Suíça, Uruguai e Peru), não existe gráfica de segurança estatal, e o fornecimento de outros documentos tais como moedas e cédulas é feito também por empresas privadas.
11. Nos países que possuem gráficas de segurança estatais (França, EUA, Espanha, Portugal, Itália e Argentina), a produção de cédulas é também feita por empresas estatais[6].
12. Dessa forma, não há como contestar o fato de que existem tanto empresas públicas quanto privadas, em diferentes países, tecnicamente capazes de produzir documentos de viagem e outros produtos de alta qualidade gráfica (como cédulas) com alto nível de segurança.
13. Por óbvio, toda contratação que envolva produtos de alta segurança e que abranja questões relativas à soberania, credibilidade e segurança nacionais deve ser extremamente criteriosa e cercada de condicionantes que garantam não só a lisura do processo licitatório, mas também a incontestável capacidade técnica do fornecedor e a segurança dos produtos e das informações envolvidas.
14. A decisão pela contratação de uma empresa pública ou privada passa a considerar então outros aspectos que não os técnicos e sobre os quais não cabe aqui manifestação. Qualquer que seja a decisão, inclusive pela continuação da contratação da empresa estatal, algumas outras considerações podem ser feitas.
15. É vantajoso e desejável, embora não imperioso, existir uma proximidade física com o fornecedor do produto, já que isso facilitaria o acesso às instalações para visitas, reuniões e inspeções. Essa proximidade também evitaria um eventual longo trânsito do produto acabado (cadernetas), o que não é recomendado pelas normas internacionais.
16. Atualmente, não existe no Brasil uma outra gráfica (pública ou privada) que tenha condições técnicas de fornecer a caderneta dos documentos de viagem e as moedas e cédulas brasileiras. Para os produtos selos fiscais e vistos de viagem, há que se considerar

cautelosamente as questões de qualidade e segurança gráficas envolvidas. É evidente que isso não afasta a hipótese de aprimoramento de processos e parques fabris nacionais para que atendam aos requisitos produtivos de impressão e montagem das cadernetas e dos outros produtos gráficos de alta segurança, mas isso demandaria não só um médio prazo como também um alto investimento.

17. A fim de melhor subsidiar a questão, sugere-se que seja feita uma consulta a alguns países sobre as vantagens e desvantagens em ter os seus produtos de alta segurança produzidos por empresas públicas nacionais, como no caso de França, EUA, Espanha, Alemanha, Portugal, Itália e Argentina, ou privadas, no caso do Chile[7].

Este é o Parecer, que submeto à chefia do SEPDOC/DPER/INC/DITEC/PF.

---

[1] [https://www.washingtonpost.com/blogs/in-the-loop/wp/2015/05/08/for-years-a-passport-agency-contractor-copied-passport-applicants-data-to-create-fake-identities/?utm\\_term=.203825f4dda9](https://www.washingtonpost.com/blogs/in-the-loop/wp/2015/05/08/for-years-a-passport-agency-contractor-copied-passport-applicants-data-to-create-fake-identities/?utm_term=.203825f4dda9), acesso em 31/01/2017.

[2] [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5895.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5895.htm), acesso em 31/01/2017.

[3] Como é sabido, os documentos de viagem brasileiros (visto, passaporte comum, passaporte oficial, passaporte diplomático, passaporte para estrangeiro, passaporte de emergência e laissez-passer) são emitidos por duas instituições distintas, a Polícia Federal e o Ministério das Relações Exteriores. As duas instituições contratam a CMB de forma independente, mas há uma preocupação em se harmonizar os produtos oriundos de ambos os contratos, para que os documentos de viagem brasileiros tenham, independentemente de seu emissor, a mesma identidade visual, os mesmos dispositivos de segurança e os mesmos mecanismos de verificação de autenticidade, de modo a assegurar seu reconhecimento pelas autoridades migratórias dos diferentes países e a buscar um trânsito desembaraçado aos cidadãos portadores dos documentos.

[4] <http://www.lasegunda.com/Noticias/Nacional/2011/10/688707/Nuevo-carnet-y-pasaporte-chileno-tendra-un-chip-con-informacion-del-usuario>, acesso em 31/01/2017.

[5] A empresa Morpho é atualmente denominada Idemia, sendo baseada na França.

[6] Exceto na Alemanha, onde é feita pela Giesecke & Devrient.

[7] Aqui citado por ser o único país mencionado a possuir Casa de Moeda e, mesmo assim, contratar empresa privada mediante licitação.



Documento assinado eletronicamente por **NARUMI PEREIRA LIMA, Perito(a) Criminal Federal**, em 01/02/2018, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5445447** e o código CRC **C6F0B32E**.